

Dossiê

Amazônia, destruição e resistências

Apresentação

Fabiano de Oliveira Bringel

Márcia Aparecida da Silva Pimentel

Rafael Zilio Fernandes

11

A Amazônia, historicamente, foi considerada como “à parte” do Brasil pelas elites situadas nos centros de comando do país, um estoque de recursos naturais a serviço do “desenvolvimento” e um “vazio demográfico” a ser explorado. A ideia de *fronteira* associada ao espaço amazônico carrega consigo a necessidade de se desbravar uma terra “selvagem” em busca do “El Dorado”, e de levar a “civilização” aos poucos corpos sem alma que aqui habitam através das frentes pioneiras. Interpretar a Amazônia é mais do que urgente, e a Geografia deve exercer papel fundamental nessa tarefa.

Duas palavras-chave nos guiam por esse percurso: *destruição* e *resistências*. Destruição iniciada pelos sucessivos saques desde o início do colonialismo e acelerada ao longo do século XX com os chamados “grandes projetos de desenvolvimento”, notadamente a implantação de usinas hidrelétricas e megamineradoras ao lado de inúmeros garimpos associadas à infraestrutura logística de estradas e portos. A

racionalidade técnico-científico instrumental europeia na esteira da imposição do modelo civilizatório capitalista transmuta porções da natureza não-humana em matérias-primas para o metabolismo do capital enquanto estabelece um tipo de pensamento único ao marginalizar ou mesmo exterminar saberes, lógicas de organização espacial e formas de apropriação da natureza diversas. Nesse sentido, a destruição também é da racionalidade ambiental que toma natureza humana e não-humana como indissociáveis.

Sobre *resistências*, as encaramos no plural por se tratar de uma diversidade de povos e experiências humanas *beiradeando* a lógica capitalista, mas tendo em comum serem considerados “entraves” ao “desenvolvimento” (leia-se: à expansão geográfica e subjetiva do capital). “Desenvolvimento” ou “progresso” que desconhecem a exuberância e diversidade biológica amazônica – fruto do que se chamaria hoje de “manejo florestal” – por parte dos povos originários ao longo dos milhares de anos. Contemporaneamente, as ocupações de terra nos campos e de imóveis ociosos nas cidades, a produção agroecológica, as autodemarcações e retomadas de territórios indígenas, e a ocupação e o aquilombamento das universidades públicas, configuram frentes de *resistência* e de *existência* que nos guiam por outros caminhos para a Amazônia.

No âmbito das discussões sobre as alterações climáticas nos fóruns mundiais, muito se fala da Amazônia como “centro do mundo”, da importância da floresta “em pé” para o futuro da humanidade. Porém, questionamos: de que mundo falamos? Se pensarmos na Amazônia como “centro do mundo” capitalista, nos remetemos ao mercado de carbono, ao neoextrativismo, à produção de assalariados / proletários dependentes das indústrias de cosméticos, farmacêutica etc. Ou seja, floresta “em pé” a serviço do “capitalismo verde”, de uma maquiagem do modelo civilizatório que em si guarda o âmago do problema.

Já a Amazônia como “centro do mundo” onde caibam muitos mundos nos fala da impossibilidade de tratar a natureza como mercadoria, da base territorial comunitária como lócus de (re)apropriação social da natureza, dos diálogos de saberes entre gentes

fortemente ocidentalizadas e aquelas que guardam outras matrizes de racionalidade, e de possíveis saídas para a crise ambiental e civilizatória que nos ameaça enquanto espécie. Assim, a Geografia Ambiental e a Ecologia Política têm muito a dialogar com as “ideias para adiar o fim do mundo”, para usar expressão de Ailton Krenak, e os artigos deste Dossiê Amazônia vêm em boa hora.



O Dossiê inicia com o artigo “Áreas de risco a voçorocamento em Manaus/AM: Uma contribuição à Geografia Ambiental”, de **Deivison Carvalho Molinari**. O autor, através de embasamento da Geografia Ambiental, realiza uma análise geográfico-geomorfológica das áreas de risco e voçorocamento na capital amazonense, destacando pontos de vulnerabilidade ambiental pela produção sócio-espacial e histórica diferenciada.

Amanda Michalski e **Luciana Riça Mourão Borges**, em “A geografia das fronteiras no município de Porto Velho: União Bandeirantes e Rio Pardo e os reflexos da negligência territorial do Estado em Rondônia”, discorrem sobre a dinâmica do espaço agrário em Porto Velho incorporada à dinâmica do capital ao mesmo tempo em que expulsa diversos sujeitos subalternizados.

Em seguida, **Dérick Lima Gomes** oferece o texto “O ‘cativeiro ambiental’: Apresentando uma problemática (e ilustrando com dois exemplos amazônicos)”. Nele encontramos um provocativo debate sobre a tese de um “cativeiro ambiental” a partir da ideia já consagrada de “cativeiro da terra”, com reflexões advindas do estudo de dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável em Anapu, no Pará.

Já no artigo “A política mineral do governo Bolsonaro para a Amazônia Legal: Um balanço a partir dos processos minerários ativos”, **Rhuan Muniz Sartore Fernandes** apresenta e analisa as políticas minerais durante o governo Jair Bolsonaro na Amazônia Legal destacando o avanço dessa atividade em territórios protegidos.

Em “Elementos para pensar o Buen Vivir amazônico: Um estudo de caso em Mocapajuba no nordeste paraense”, **Fernando Junio da Costa Santos** reflete sobre a relação dialógica humana com o ambiente, através da teoria do *Buen vivir* andino, tendo como referencial empírico a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, no Pará.

Finalizando o Dossiê, no artigo “Conflitos pela água na Amazônia: O caso do povo indígena Yudjá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte”, **Shirley Capela Tozi e Wagner Costa Ribeiro** analisam conflitos na Volta Grande do Xingu envolvendo o povo Yudjá e as grandes modificações ambientais proporcionadas pela UHE Belo Monte.

Esperamos, com este Dossiê Amazônia de **AMBIENTES**, que as reflexões aqui contidas contribuam para interpretar o espaço amazônico sob a perspectiva da Geografia Ambiental e, para além, auxiliem na busca de caminhos de resistência contra a destruição incessante de nossa diversidade biológica e cultural.

Os organizadores.

Belém e Santarém, dezembro de 2022.